

A TOLERÂNCIA RELIGIOSA NA HISTÓRIA: IMPLICAÇÕES PARA O CAMPO EDUCACIONAL

Aluno: Rodrigo de Souza Goulart

Orientador: Marcelo Andrade

Introdução

Com o movimento das reformas religiosas do século XVI, a cristandade se partiu. Com o estabelecimento das novas confissões protestantes colocou-se o problema da coexistência de diferentes religiões fundadas no exclusivismo dogmático e que objetivavam o monopólio religioso [3]. As guerras de religião, causadas pelo conflito resultante das opiniões e interesses opostos, faz desenvolver a idéia de tolerância, que se torna uma proposta cuja defesa passa a ganhar cada vez mais vigor diante dos cenários trágicos da intolerância assassina.

Toda confissão é ortodoxa para si mesma [2] e tudo que escapa aos limites desta ortodoxia é classificado como heresia. A tolerância no contexto das guerras religiosas é vista como um crime contra a verdade, tanto por católicos quanto por protestantes, uma fraqueza inadmissível [4]. A tolerância era vista como responsável pelas sedições e revolta dos dissidentes ou inconformados, a política do monarca deveria ser a da uniformidade, expressa no princípio: *une foi, une loi, un roi*.

A unidade religiosa era entendida como necessária para a estabilidade do reino, mas o princípio da religião de Estado se mostrou impraticável e as perseguições mais cruéis se sucederam. Nesse cenário de guerras, pensadores como Locke e Voltaire apresentaram uma nova visão da tolerância e advogaram pela separação entre interesse religioso e interesse civil.

A tolerância é apresentada como o novo princípio que deveria orientar os atos dos monarcas e a política do Estado, defendida como a forma verdadeiramente cristã de se relacionar com a diversidade. Este filósofos também argumentam que a religião verdadeira é aquela que tolera os fies de outras confissões, pois ao contrário de matá-los e reprimi-los com as fogueiras da ortodoxia é necessário amá-los e convertê-los pelo convencimento, não pelo medo e pela coação.

Nesse sentido, esta pesquisa busca evidenciar a formação de uma primeira base ideológica em favor da tolerância e da separação entre interesse civil e interesse religioso no contexto das guerras de religião, também que apresente os pensadores eclesiásticos e laicos que, na contramão do pensamento dominante, contribuíram para a efetiva instalação de uma política tolerante. Apresentar um panorama da (in)tolerância religiosa relatando argumentos favoráveis e contrários defendidos à época, e em que medida foram aceitos ou recusados pelos monarcas e pelos líderes religiosos.

Objetivos

Determinar como se desenvolveu e como se divulgou o ideal da tolerância em meio à convicção de que era necessário eliminar os que se recusavam a uniformidade.

Apresentar um quadro das idéias acerca da tolerância, os argumentos favoráveis e contrários defendidos à época, bem como os intelectuais expoentes deste pensamento.

Compreender as diferenciações entre os ideais de tolerância, defendidos no contexto das guerras de religião e os defendidos posteriormente.

Identificar quais foram os fatores determinantes para que os Estados aderissem ou recusassem os ideais da tolerância como política capaz de evitar a guerra.

Metodologia

A metodologia para atingir os objetivos desta pesquisa envolve essencialmente uma revisão bibliográfica, na qual retomo autores clássicos indispensáveis para o estudo deste tema, tais como: Locke, Voltaire e Espinosa.

Conclusões

A revisão bibliográfica em andamento permitiu conhecer em que contexto se desenvolve a idéia de tolerância e em que meio se difundiu, ou seja, entre as comunidades religiosas que foram perseguidas (anabatistas, quakers, judeus, puritanos moderados e católicos venezianos) e entre os livres pensadores, dentre os quais Locke e sua proposta de separação entre comunidade religiosa e sociedade civil.

Vale também destacar a importância de Baruch Espinosa com seu “Tratado teológico-político” em que avança para a defesa de uma liberdade de pensamento e expressão, como também Pierre Bayle com a defesa de uma liberdade de consciência, ambos autores ainda estão sendo estudados.

Os argumentos que os três autores citados utilizam em boa parte de seus escritos em favor da tolerância são bíblicos, apresentam a tolerância como uma virtude evangélica e ligada à caridade, um dos mais importantes ensinamentos de Jesus Cristo, e que, portanto, a postura dos que defendiam a perseguição e o emprego da violência contra os dissidentes religiosos estava em total e inconciliável oposição aos ensinamentos cristãos.

O trabalho pretende seguir incorporando as discussões sobre o conceito de tolerância nas práticas educativas [1].

Referências

- 1- ANDRADE, Marcelo. **Tolerar é pouco? Pluralismo, mínimos éticos e prática pedagógica**. Rio de Janeiro: DP&Alli, 2009.
- 2- LOCKE, John. **Carta acerca da tolerância**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- 3- MARTINA, Giacomo. **História da Igreja: de Lutero a nossos dias**. 2.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- 4- MARTÍN, José-Luis. **La tolerancia em la historia**. Valladolid: Universidade de Valladolid, Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial, 2004.